

As artes e a cultura no fio da navalha

Jorge Barreto Xavier

No ano de 2011, somos um país em exame. Não só o exame das instituições internacionais, mas acima de tudo o exame a que nos devemos enquanto projecto de sociedade. É neste contexto que a “questão cultural” deve ser colocada.

“É difícil compreender bem as criaturas e não creio que possamos conhecer ninguém a fundo, a não ser os nossos próprios compatriotas. Pois os homens não são somente eles; são também a região onde nasceram, a terra ou o apartamento da cidade onde aprenderam a andar, os brinquedos que tiveram quando crianças, as lendas que ouviram dos mais velhos, a comida de que se alimentaram, as escolas que frequentaram, os desportos em que se exercitaram, os poetas que leram e o Deus em que acreditaram.”

W. Somerset Maugham, in “O Fio da Navalha”

A maior parte do tempo, para compreendermos os outros ou nos compreendemos a nós próprios, contamos histórias. Nas histórias, a narração da vida em sociedade e o modo como nela se luta por um lugar e se exerce o poder, ocupam parte importante. Por exemplo, tem origem no século XVI a história do *golem* de Josefov. Uma comunidade que se sente ameaçada (a comunidade judaica de Praga) inventa a sua defesa – o *golem*. O *golem* foi criado

a partir da lama, e pela magia deu-se-lhe forma (um corpo grande e monstruoso tendo por base a forma humana), vida e a missão de proteger a comunidade. Quem cria um *golem* (necessariamente um homem próximo do Altíssimo) pode também reduzi-lo a pó – os *golems* não são completamente controláveis e podem virar-se contra quem os criou. Os *golems* são filantropos, da mesma forma que Prometeu, que salvou a humanidade dos deuses exterminadores. Na sua testa

grava-se uma palavra que corresponde à sua natureza e fim. De diferentes maneiras, são *golems* as esculturas de Miguel Ângelo ou o Frankenstein de Mary Shelly, o Terminator schwarzeneggeriano e o Robocop.

A fragilidade e o seu correlativo, a força (os ingredientes que determinam a necessidade de um *golem*), situam o gosto, a opinião, a perspectiva, variáveis dificilmente aferíveis com rigor. Mas é por elas que se determina e apreende

© Martin Ramos



sujeitos e objectos das artes e da cultura e se delimita as suas fronteiras e pontos de contacto.

Os entes que dão vida às artes e à cultura são as diferentes sociedades, e o sopro que os anima tem as variações das conjunturas históricas, que correspondem à passagem dos homens no lugar e no tempo, com palavras que ficam inscritas e outras que se apagam. Cada indivíduo, cada sociedade, tem os seus avatares, presenças que se erguem e tornam a cair. A encarnação de uma cultura é elemento necessário do todo social, mas não tem nenhum destino pré-determinado ou uma marcha inexorável a caminho da excelência, como por vezes se acreditou, pois nos homens a barbárie e a delicadeza brotam da mesma fonte.

Hoje vive-se um desses momentos onde a instabilidade torna mais difícil qualquer forma de equilíbrio. Podem as artes e a cultura projectar um fazer sociedade no nosso caminhar no fio da navalha?

Nos países como Portugal, com uma história longa e consolidada, com uma fronteira estável e uma identidade entre o conceito de Nação (unidade cultural) e de Estado (unidade política), as artes e a cultura não se questionam em termos de haver ou não haver cultura, de haver ou não haver identidade, pois estas são parte integrante do processo histórico. Não precisamos de exibir pública e repetidamente o que nos liga, o que gostamos, o que nos faz sentir portugueses. Juntos e ao longo de séculos cimentámos os nossos *golems*, criámos novos e validámos outros antigos para o tempo que vivemos.

Não temos falta de cultura. Ao contrário, o “excesso de identidade” é que pode ser inibidor de uma cultura contemporânea que se queira não só de património como de novos valores e perspectivas.

Hoje, as artes e a cultura, mais do que um poderoso *golem*, parecem um tímido fantasma. Num país onde as desigualdades sociais são das maiores na Europa, o acesso generalizado e estável à actividade artística e cultural é uma força que pode aproximar os portugueses – não se trata de dar pão e circo para garantir a satisfação do povo, mas crédito ao valor de melhoria das condições educativas e culturais da população

em geral como cimento entre gerações, classes sociais e diferentes perspectivas políticas, religiosas ou sociais. Afinal as artes e a cultura cuidam de um aspeto central da vida de pessoas e sociedades: a criação e desenvolvimento de uma atenção compreensiva, crítica e proactiva – um olhar sobre o mundo.

Situar as artes e a cultura

A palavra “cultura” (assim como a palavra “artes”) tem múltiplas definições; o debate e a polémica, a construção teórica e a aplicação prática em seu torno são muito vastos. Aqui usa-se para a primeira o seu sentido antropológico – “a cultura corresponde ao conjunto dos aspetos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que distinguem dada sociedade ou grupo social e que compreende, para lá da arte e literatura, os estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças”, como refere o preâmbulo da Declaração Universal da Diversidade Cultural da UNESCO. E apresenta-se uma definição mais sociológica para as “artes”: as manifestações de criação reconhecidas como tal pelo sistema artístico, pelos poderes constituídos e pela população em geral.

No período que sucedeu à II Grande Guerra, a cultura e as artes foram consideradas pelos poderes públicos elementos importantes na recuperação das sociedades exauridas no esforço de guerra: a Inglaterra cria o Arts Council of Great Britain em 1946, a França, o Ministério da Cultura em 1959, os Estados Unidos da América, o National Endowment for the Arts em 1965. Nos países nórdicos, é também durante os anos 60 que se implementam dispositivos públicos nestes domínios.

Situação muito diferente foi a vivida nos países submetidos a ditaduras – Espanha, Itália, Alemanha, URSS e países do Pacto de Varsóvia, China, ditaduras sul-americanas e africanas –, onde a cultura e as artes eram, nos seus papéis mais evidentes, “Cultura de Estado” ou “Cultura de Resistência”. O nazismo, o comunismo russo ou chinês, o fascismo

italiano ou espanhol, tomaram a cultura e as artes como elementos de legitimação e ritualização do Poder, demonstrando a vinculação da legitimidade artística e cultural ao poder dominante.

Também Portugal esteve submetido, no século XX a longas décadas de autoritarismo, primeiro, através da limitação de direitos na fase derradeira da Monarquia Constitucional (até 1910), ou ainda, na tumultuosa I República (1910-1926), onde a privação de direitos cívicos em muitos momentos foi superior à do período monárquico e depois de forma regular de 1926 a 1974 no período do Estado Novo (Ditadura Militar, Salazarismo, Marcelismo), que favoreceu a cultura oficial onde se projectava, para consumo interno e externo, a imagem conservadora do “bom povo português”: um povo pacato, temente a Deus e amante da Pátria e da Família, bucólico, humilde, acolhedor. O Estado Novo continuou (infelizmente, de forma mais activa) a promover a menorização de parte da população e a cristalização social, com consequências negativas ainda hoje percebidas no comportamento dos portugueses – fechamento das classes altas, novo-riquismo das classes médias, pobreza envergonhada nas diversas classes sociais, com relevo para as mais baixas.

A encarnação de uma cultura é elemento necessário do todo social, mas não tem nenhum destino pré-determinado ou uma marcha inexorável a caminho da excelência como por vezes se acreditou, pois nos homens a barbárie e a delicadeza brotam da mesma fonte

A transmissão cultural do aparelho de poder do Estado Novo foi feita, nomeadamente, a partir do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, ano em que se fundam, também, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores. Em 1935 foi instituída a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT, mais tarde INATEL), para a promoção do turismo interno e ocupação dos tempos livres, e em 1936 a Mocidade Portuguesa, para jovens rapazes (mais tarde será criada para jovens raparigas). Cobrem-se assim, no crescente controlo da população pelo Estado, a “Alta Cultura” e a “Baixa Cultura”, as várias classes sociais e idades em modo similar ao que acontecia na Alemanha nazi e na Itália fascista.

Todo este dispositivo não impediu, todavia, que artistas portugueses em vários domínios (arquitectura, cinema, design, literatura, teatro, dança, música, fotografia, artes plásticas) acompanhassem durante o Estado Novo as correntes e debates internacionais, e produzissem obras referenciáveis, algumas das quais já património português e universal. Fernando Pessoa, José Régio, Bernardo Santareno, Jorge de Sena, Mário Eloy, António Pedro, Maria Helena Vieira da Silva, Júlio Pomar, Joaquim Rodrigo, Ângelo de Sousa, Alberto Carneiro, Nadir Afonso, Fernando Távora, Daciano Costa, Sebastião Rodrigues, Fernando Lemos, Luís de Freitas Branco, Fernando Lopes Graça, Zeca Afonso, Manoel de Oliveira, José Fonseca e Costa, Margarida Abreu, entre tantos outros, são exemplo disso.

A circunstância portuguesa actual

O suporte público às artes, nas últimas três décadas, foi alargado. Instituições centenárias, como teatros nacionais e municipais, receberam obras de beneficiação, foi criada uma rede nacional de bibliotecas e de museus, novos equipamentos culturais de grande, média ou pequena dimensão nasceram em todo o país, entre salas de espectáculos, centros

culturais, salas de exposições, museus e galerias de arte. Artistas e agentes culturais viram crescer o apoio do Estado.

Aos esforços da Administração Central nos anos 70 e 80, acrescentou-se, de forma significativa, a presença e a atividade dos Governos Regionais dos Açores e Madeira e das autarquias locais nos anos 90 e na primeira década do corrente século. Aliás, o trabalho das autarquias locais tem sido, em muitos casos, exemplar. Acresceram ainda financiamentos europeus, tanto no âmbito de fundos estruturais como de programas específicos para a área das artes e audiovisual.

É também nas últimas duas décadas que uma série de entidades privadas da área empresarial se envolve em programas culturais na perspectiva da filantropia. A filantropia nas artes, quase inexistente no país (o exemplo de Calouste Gulbenkian ou de alguns outros filantropos de menor dimensão são excepções) começa a ganhar dimensão, não só em Lisboa e Porto mas em diversos pontos do território nacional – sendo, todavia e ainda, de expressão global diminuta e não substituindo o recuo do financiamento público no suporte à criação artística independente. Ainda sobre a filantropia, de referir que a chamada Lei do Mecenato, nunca foi mais do que uma forma do Estado se autofinanciar na área da Cultura – realmente, foram para o Estado a maior parte dos fundos obtidos de empresas públicas e privadas para financiamento da Cultura.

Governos de diferentes famílias políticas, dizendo reconhecer a importância política da Cultura, prometeram na última década aproximar o Orçamento de Estado nesta área da meta do 1%, mas nunca a alcançando e antes se assistindo ao decréscimo dos orçamentos de 2004 a esta parte. A situação de crise profunda que hoje se vive não permite qualquer ilusão sobre aumentos de financiamento, sendo que o sinal geral de “downsizing” da despesa pública no país, para o equilíbrio que se percebe necessário entre receitas e despesas do Estado, afecta de forma mais significativa esta área, pela dificuldade de auto-sustentabilidade das actividades artísticas e culturais, situação comum e universal e com respostas diferentes de país para país. Recomenda-se uma reflexão estratégica sobre o papel das artes e da cul-

Recomenda-se uma reflexão estratégica sobre o papel das artes e da cultura na sociedade portuguesa – tanto o Estado como os agentes privados devem procurar soluções que garantam patamares de acesso e fruição da actividade artística e cultural pelos cidadãos

tura na sociedade portuguesa – tanto o Estado como os agentes privados devem procurar soluções que garantam patamares de acesso e fruição da actividade artística e cultural pelos cidadãos, pois “suspender” a presença neste domínio é um desinvestimento com resultados dificilmente escrutináveis.

Poderes públicos e agentes culturais no quadro do regime democrático

As políticas culturais em Portugal no pós-25 de Abril foram constantemente alteradas, num grau de instabilidade que comportou custos económicos, financeiros e sociais muito elevados. É comum os responsáveis políticos, independentemente da sua origem ideológica, fazerem política de terra queimada. Não se aproveita o que de bom se fez, não se avalia o positivo e o negativo, não se contabilizam os custos/benefícios de mudança de rumo. A ignorância e falta de rigor leva mesmo muitos responsáveis públicos a, sucessivamente, “descobrirem a pólvora”, sem perceberem o ridículo a que se expõem.

A falta de acordo sobre aspectos estruturantes da concretização das políticas culturais por parte de governos e oposições (política fiscal, política de financiamento directo, política de distribuição no território, política de presença internacional, política para o audiovisual, articulação entre cultura e educação, etc.), a ignorância e arrogância de muitos responsáveis públicos, assim como a falta de capacidade dos agentes culturais para responsabilizar os actores políticos por uma acção mais coerente (a maior parte dos agentes está à espera do favor do Poder), contribuíram e contribuem para este estado de coisas.

Entre 2000 e 2011 Portugal teve oito membros do Governo responsáveis pela Cultura. A par desta excessiva rotação, o modelo de relação entre os titulares da pasta e os respectivos serviços dependentes (e o mesmo se passa com os Governos Regionais e as Autarquias Locais) tem sido de um controlo excessivamente próximo.

Tal situação, não longe de uma “política do gosto”, revela a dificuldade de muitos decisores e, acima de tudo, do sistema democrático em Portugal, em criar uma distância entre o nível da decisão política (definição de estratégias, prioridades, opções de fundo) e o nível da administração (implementação e execução da decisão política por funcionários de carreira qualificados, no contacto directo com os agentes e os cidadãos).

O modelo de presença do Estado na Cultura seguido, por exemplo, no Reino Unido, EUA e Suécia permite (em teoria) uma maior distância (aqui considerada desejável) entre as decisões políticas e a sua aplicação – os responsáveis por diversas áreas de intervenção do Estado são de nomeação pública, os fundos disponíveis também são maioritariamente públicos, mas a gestão é autónoma e independente e sujeita a efectiva avaliação e controlo de resultados.

Mas a pedra angular da criação de uma distância entre o decisor político e o executor das medidas concretas na área das artes e da cultura não é tanto um problema de desenho legislativo ou de decisão administrativa, é mais uma questão de cultura política – os políticos portugueses têm de aprender a distanciar-se do interesse e dos interessados específicos da decisão pública, e os interessados



têm de aprender a exigir e a praticar a transparência e controlo de resultados em vez de tecerem redes de proximidade e pressões clientelares ilegítimas.

O resultado de uma eventual mudança positiva a este nível corresponderá a uma relação mais exigente e crítica, mas também mais transparente, entre poderes públicos e cidadãos.

Artes, cultura e os media

Qual a articulação entre jornais, rádio, televisão, internet, as artes e a cultura? A cidade digital que integra cada vez mais os meios de comunicação,

ainda recentemente competidores, tem favorecido de uma forma exponencial o acesso às artes e cultura. A veiculação das actividades artísticas e culturais (notícias, crónicas, artigos de opinião, reportagens, críticas, entrevistas, registos documentais) tem contribuído para a acessibilidade do *entertainment*, mas também de dinâmicas culturais eruditas à população em geral. Mas os *media* provocaram em relação aos fenómenos culturais os mesmos efeitos que se encontram nos fenómenos políticos: os eventos e pessoas que não aparecem na comunicação social não existem. Mas é importante ter consciência de que este efeito – um problema de estatuto, de poder, não corresponde a toda a verdade sobre a relevância das actividades artísticas e culturais. Não só muitos fenóme-

© Martin Rønne

nos artísticos e culturais comunitários, alternativos e de vanguarda se geram, subsistem e crescem à revelia dos *media* como há formas de actividades artísticas e culturais populares ou tradicionais – de que as bandas filarmónicas, os coros, os ranchos folclóricos, os conservatórios de música e os teatros amadores são exemplos que subsistem e relevam independentemente de fenómenos de comunicação de massas.

Outro aspecto da veiculação mediática das artes e da cultura é a sua distribuição ilegítima através da internet através de actos de pirataria, cópia e manipulação não autorizada ou *download* ilegal. Esta democratização selvagem da cultura faz-se com custos elevados para os criadores e produtores, colocando questões críticas para a sobrevi-

vência da indústria da música e de modelos de negócio baseados no direito de autor ou conexos.

A “comodificação” da cultura e das artes (transformação em bens de mercado de tudo o que é cultural) no século XX, depara-se agora com o estranho e de difícil resolução paradoxo: todos os bens culturais são “comodificáveis” e cada vez há menos gente disposta a pagar por eles – se posso ter acesso gratuito, porquê pagar?

A internacionalização das artes e da cultura portuguesa

A situação geográfica do país coloca-nos dois vizinhos: o mar e Espanha, ou só o mar, no caso dos Açores e Madeira. O diálogo com o mar já deu mais frutos, e no que a Espanha concerne, conhecemos mal o que lá se passa e vice-versa. A mobilidade cultural na Península Ibérica é muito fraca, apesar dos tímidos avanços a que temos assistido. A presença da cultura e das artes junto das comunidades portuguesas no mundo (entre portugueses e luso-descendentes, aproximadamente, cinco milhões de indivíduos localizados em milhares de centros urbanos) é muito limitada, por responsabilidade das políticas públicas nesta matéria e pela arrogância e ignorância do meio cultural português em relação às comunidades migrantes (também o contrário é verdade – conhecemos mal as culturas dos aproximadamente quinhentos mil estrangeiros que residem em Portugal). A utilização do veículo da língua portuguesa (mais de duzentos e trinta milhões de falantes em cinco continentes) seja no campo editorial seja em outros tem muitas dificuldades práticas. As estratégias sistemáticas de aproximação e presença das artes e cultura portuguesas nos países de língua portuguesa e espanhola não existem e o mesmo se pode dizer relativamente à afirmação nas grandes metrópoles difusoras das artes e cultura do mundo, como, por

Na dificuldade que se vive, os agentes culturais precisam de reinventar a sua posição: maior horizontalidade nas relações com os públicos; maior circulação internacional; maior trabalho em rede; maior articulação com serviços educativos; maior trabalho online; maior profissionalismo

exemplo, Berlim, Paris, Londres, Nova Iorque, Los Angeles, Xangai, Mumbai ou Hong Kong.

A percepção de que as artes e a cultura são veículos decisivos da afirmação de um país na cena internacional é ténue, pois é afirmada e publicamente reconhecida pelos decisores políticos com uma rara unanimidade, mas com uma falta de estabilidade, consistência e investimento consideráveis. Não se pense, por exemplo, que a afirmação do cinema americano (assim como outros aspectos da cultura dos EUA, desde as artes visuais à música, da dança à literatura) no mundo, nomeadamente na Europa, na sequência da II Grande Guerra se fez sem um esforço claro e deliberado das sucessivas administrações americanas junto dos agentes culturais, das organizações internacionais e dos países tidos como relações prioritárias.

Os custos da mobilidade para um português são superiores à da maior parte dos europeus pela situação geográfica periférica. Apesar dos problemas na internacionalização das artes e cultura referidos, não pode deixar de se reconhecer o esforço e voluntarismo daqueles que têm apresentado o Portugal cultural e artístico contemporâneo em todo o mundo, contribuindo de forma positiva para o modo como somos identificados e reconhecidos.

A situação dos agentes culturais

O “estatuto do artista”, e mais genericamente o estatuto social dos agentes culturais em geral, é de grande fragilidade. Entre o respeito que suscitam e a suspeita que também provocam (subsidiodependentes é só uma das adjectivações em voga), importa perceber que a centralidade das artes e da cultura tomada como ponto de partida pela maior parte dos respetivos agentes não existe nesses termos na sociedade portuguesa.

Carinhosamente tratados pela Esquerda e com alguma distância pela Direita, todo o espectro político tem hoje bem mais com que se preocupar. As artes e a cultura são preocupação secundária, apesar de não esquecida.

As matérias que respeitam à protecção social, desgaste rápido, especificidades contratuais em sede de contrato de trabalho (nomeadamente, o regime laboral de intermitência), regime fiscal ou outras conexas e que desde o 25 de Abril de 74 não tiveram um tratamento sistemático estão agora prejudicadas no seu acolhimento e tratamento face à diminuição a que se assiste do Estado Social e dos encargos do Estado com as situações dos trabalhadores em geral.

Os próximos anos

A área da cultura e das artes, como recentemente foi demonstrado no estudo *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, é uma área com um leque alargado de possibilidades de desenvolvimento. A industrialização e o desempenho das “indústrias da cultura”, mais tarde consideradas sob a designação de “indústrias criativas” (os mercados do cinema, rádio, televisão e audiovisual, do livro, da edição musical, do turismo cultural, da produção do teatro, dança e música, o mercado das obras de arte, design e arquitectura, entre outros) provam, em Portugal e na Europa, que tanto o mercado destas indústrias (óptica lucrativa), como a economia social

Vivemos uma época em que alguns dos “males” planetários são “culturais” – o racismo, a xenofobia, os fundamentalismos políticos e religiosos – tornando a cultura uma “arma mortal”. Mas mais mortal do que a presença da cultura e das artes é a sua ausência

das artes e cultura (óptica não lucrativa – o conjunto de agentes culturais que desenvolvem actividades com relevância económica mas sem visar o lucro), tiveram um crescimento sustentado nas últimas duas décadas, gerando emprego e riqueza.

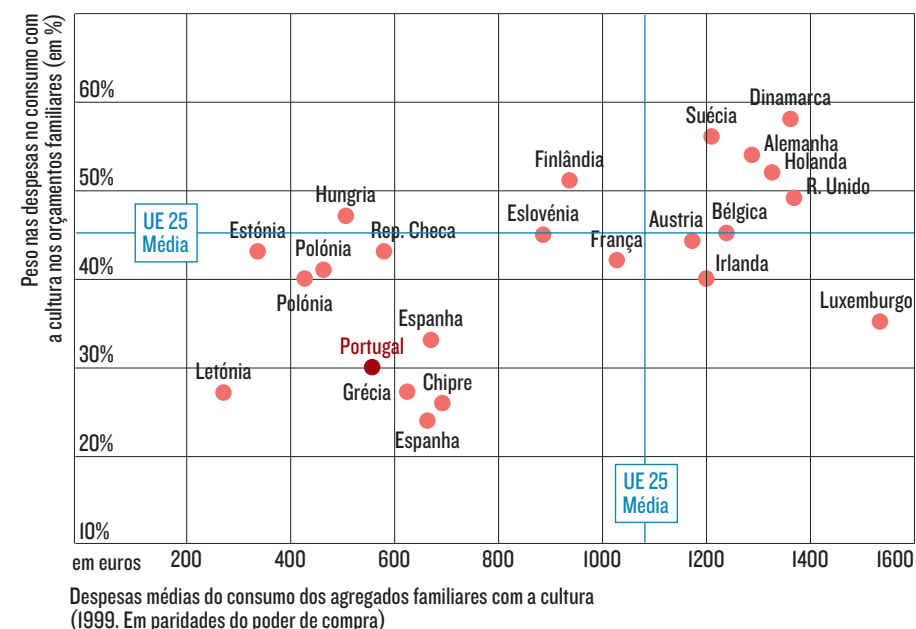
Em 2006, o sector cultural e criativo empregava 127.000 pessoas e foi responsável por 2,8% da riqueza criada em Portugal, contribuindo mais para a formação da riqueza nacional do que, por exemplo, a indústria têxtil e de vestuário ou a indústria de alimentação e bebidas. Cuidando do significado económico deste agregado não podemos ignorar o papel que pode ter nos próximos anos, nomeadamente na renovação das nossas cidades e do seu tecido urbano, sempre conscientes e avisados: artes e cultura são mais do que entretenimento e economia de escala. Se é verdade que a indústria do entretenimento é cultura, há cultura para lá do entretenimento e do jogo do mercado. Os decisores políticos perceberam e sustentaram de forma estável as políticas públicas de investimento para a Ciência em Portugal desde 1995, sem que para isso tenha havido nenhuma pressão do eleitorado. Tal tem trazido resultados muito positivos para a sociedade portuguesa. Por que nunca se conseguiu um consenso equivalente para o investimento nas políticas para

as artes e cultura? Provavelmente não só pela falta de reconhecimento político da importância desta área de actividade como pela pouca capacidade de concertação e afirmação dos agentes. A cultura e as artes podem ser elemento necessário, se bem que não suficiente, para a melhoria de condições de vida dos portugueses. Cidadãos mais esclarecidos e, como tal, mais livres são mais exigentes e críticos, não só com os outros, também consigo próprios – este é um desafio e um propósito primeiro das democracias.

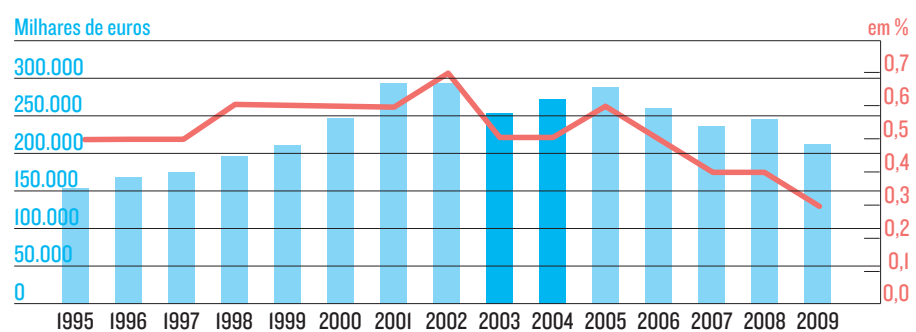
Na dificuldade que se vive, os agentes culturais, que, na maioria dos casos têm um nível de literacia, formação escolar e cosmopolitismo muito superior à média da população, precisam de reinventar a sua posição: maior horizontalidade nas relações com os públicos (nomeadamente, os mais desfavorecidos) e outros parceiros, como fundações, empresas, organizações comunitárias; maior circulação internacional; maior trabalho em rede; maior articulação com serviços educativos; maior trabalho *online*; maior capacidade de gerar receitas e envolver financiadores e de cortar despesas; maior profissionalismo na gestão e polivalência e capacidade de aprendizagem nas tarefas desempenhadas. Mesmo assim, nos próximos anos vários agentes ficarão pelo caminho, pois, cruamente, não há trabalho para todos. Em referência a alguns centros urbanos mais populosos, esta situação era de prever, atendendo ao excesso de oferta.

Vivemos uma época em que alguns dos “males” planetários são “culturais” – o racismo, a xenofobia, os fundamentalismos políticos e religiosos – tornando a cultura uma “arma mortal”. Mas mais mortal do que a presença da cultura e das artes é a sua ausência, pois, face à ausência de produção cultural e de geração/actualização de identidades de pertença, ocorrerá a afirmação de outros. Pode acontecer-nos, em Portugal e no Ocidente, na falta de acção/política cultural, acordar com a imposição de um Outro nada desejado (os extremistas, os ignorantes, os fundamentalistas,) pois, também aqui, o Poder tem horror ao vazio.

W. Somerset Maugham, que cito no início, idealiza o sentido de uma comunidade – a comunidade dos compa-



Despesas das famílias em cultura
Fonte: Statistical Portrait of European Union 2008: Eurostat

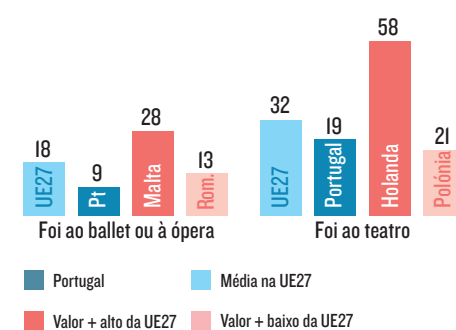
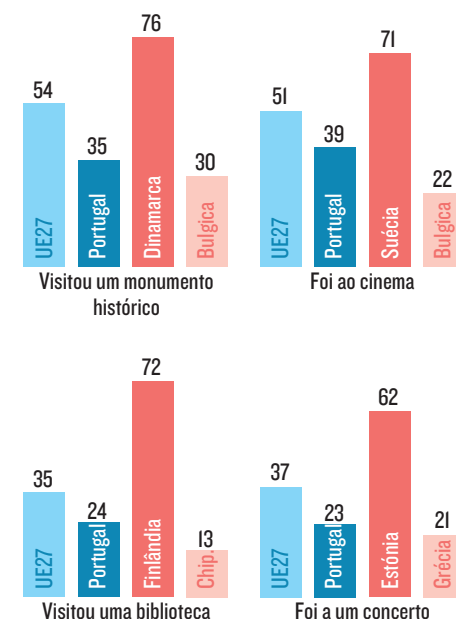
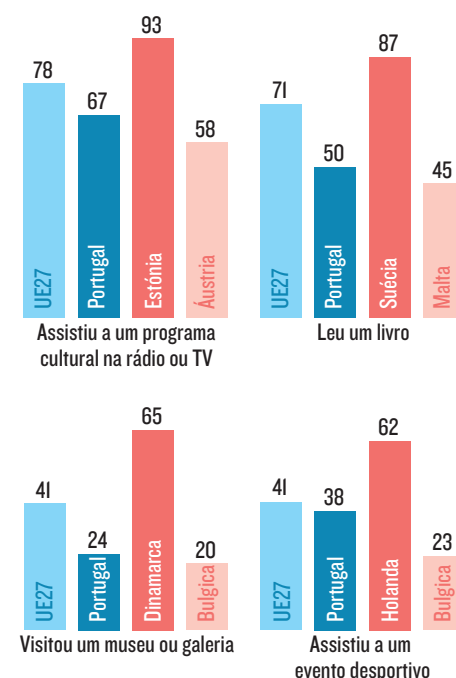


Orçamento do Ministério da Cultura por ano
Fonte: MC/SG (1995-1996 e 2002); Me/DGO Relatório OE (restantes anos)
Nota: nos anos de 2001 e 2002 excluem-se os valores relativos ao Sector da Comunicação Social

triotas. Bem sabemos que hoje a nossa Pátria identitária são pátrias: à pertença nacional adicionamos uma série de outras pertenças (ideológicas, políticas, sentimentais, etc.). Mas a Pátria, ela própria continua a ter um sentido material e simbólico e só esse(s) sentido(s) justifica(m) a existência de políticas nacionais e a afirmação de pertença a uma comunidade, com os direitos e obrigações inerentes. Se aceitarmos esta premissa, saberemos que mesmo andar no fio da navalha implica escolher a própria navalha e a sua lâmina. A imagem convocada por uma lâmina traz consigo a potência da ameaça, da dor,

da violência. Mas também é possível perceber a alegoria noutros termos – o risco do mundo depende do equilíbrio do sujeito.

Como deuses ou seus próximos, podemos insuflar as artes e a cultura com o sopro da vida ou apagar as palavras antes inscritas e tudo transformar em pó. Os *golems* são, afinal, criaturas com o reflexo das nossas capacidades e medos.



Relevância dos consumos culturais na UE-27 em 2007 (percentagem)
Fonte: European Cultural Values. Social Eurobarometer 276, European Commission

Nota: por uma questão de facilidade de leitura e da natureza deste Anuário, optou-se por não carregar o artigo com remissões bibliográficas, podendo a bibliografia ser consultada em www.ffms.pt